

Época Normal

Semestral

☐

1ª Chamada

Anual

1ª Chamada

☐

1º Teste

☐

2º Teste

☐

Global

☒

2ª Chamada

2ª Chamada

☐

Época Recurso

☐

Época Especial

☐

Exame Especial

☐

Duração:

02 h 00 m

Tolerância:

0 minutos

☒

Com Consulta

Lei n.º91/2001 (LEO)

Lei n.º 8/90 (LBCP)

☐

Sem consulta

Docente:

Soraia Marla Gonçalves

Data:

02 / 07 / 2007

Notas:

Nome: _____ N.º: _____

- Esta prova é constituída por uma **PARTE A**, um Teste de Escolha Múltipla que vale 8 valores e uma **PARTE B** com três questões a valerem 12 valores (4 valores cada).
- Na **PARTE A** responda a **uma e uma só** das alíneas, no enunciado do exame.
- Atenção que se pode pedir a afirmação verdadeira ou a afirmação que **não é** verdadeira.
- Responda a uma e uma só das alíneas seguintes fazendo um círculo em torno da alínea que lhe parece correcta.
- Se se enganar, risque por cima e escreva o círculo noutra alínea que considere correcta.
- Só há **uma** resposta certa. Uma resposta **certa** tem a cotação de 0,5 valores e uma resposta **errada** terá uma cotação negativa de 0,2 valores.
- As respostas às questões da **PARTE B** devem ser dadas nas folhas de exame.
- Na **PARTE B** responda apenas ao que lhe é pedido, tendo como limite uma folha de exame.
- Não é permitido qualquer contacto com os colegas.
- Não é permitido o uso de telemóveis durante a prova.
- Não são permitidas saídas durante a realização do exame.
- Preencha o cabeçalho da folha de exame e ponha um elemento identificativo em cima da mesa em local visível.
- Coloque o nome e número no canto superior direito desta página das notas.

Bom trabalho!

PARTE A

1. Na teoria da escolha pública o comportamento dos dirigentes da administração pública (burocratas) é *modelizado* tendo como objectivo principal a:
 - a) Maximização da dimensão do orçamento.
 - b) Maximização do nível de serviços.
 - c) Maximização das vendas.
 - d) Minimização do risco.
2. A passividade no consumo leva o Estado a produzir as seguintes categorias de bens:
 - a) Bens que só satisfazem necessidades colectivas;
 - b) Bens que satisfazem necessidades colectivas e necessidades colectivas mas individualmente sentidas;
 - c) Bens que satisfazem necessidades colectivas e necessidades individuais, de uma forma gratuita ou a preço inferior ao custo;
 - d) Nenhuma das anteriores.
3. Qual das seguintes afirmações não é verdadeira relativamente ao subsector serviços e fundos autónomos:
 - a) O regime de administração financeira que os caracteriza é o regime de execução regra.
 - b) A sua existência é determinada pela descentralização administrativa.
 - c) Podem possuir autonomia administrativa e financeira mesmo que não possuem receitas próprias que cubram 2/3 das suas despesas.
 - d) Possuem autonomia patrimonial.
4. Do ponto de vista da autonomia orçamental podemos considerar a existência dos regimes:
 - a) Autonomia patrimonial, autonomia de tesouraria e autonomia creditícia.
 - b) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira, caso especial e independência orçamental.
 - c) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira.
 - d) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira e independência orçamental.
5. O Classificador económico das despesas:
 - a) Desagrega as despesas em agrupamentos, subagrupamentos e artigos.
 - b) Utiliza como distinção fundamental a tipologia despesas funcionamento/ investimento.
 - c) Distingue as despesas de acordo com a sua natureza económica.
 - d) Nenhuma das anteriores.

6. Relativamente ao controlo do Orçamento de Estado diga qual das seguintes afirmações é verdadeira:
- a) A AR efectua um controlo “à priori” ao nível das despesas públicas.
 - b) A responsabilização só pode ser levada a cabo por um tribunal.
 - c) Todas as despesas estão sujeitas ao visto prévio do TC.
 - d) A IGF efectua um controlo orçamental específico da despesa pública.
7. A distinção chave do critério de equilíbrio substancial do activo de tesouraria é:
- a) Entre receitas/despesas efectivas e receitas/despesas não efectivas.
 - b) Entre receitas/despesas ordinárias e receitas/despesas extraordinárias.
 - c) Entre receitas/despesas correntes e receitas/despesas de capital.
 - d) Nenhuma das anteriores.
8. Qual das seguintes situações consiste numa violação das regras de execução das despesas:
- a) A despesa deve estar inscrita no orçamento.
 - b) O facto gerador da despesa deve respeitar as normas legais aplicáveis.
 - c) No caso de consignação a despesa fica sujeita apenas ao cabimento na rubrica respectiva.
 - d) A despesa deve ter cabimento na respectiva rubrica.
9. O Orçamento de Estado Português é aprovado:
- a) Na especialidade pela Comissão de Orçamento e Finanças.
 - b) Na generalidade pelo Governo.
 - c) Na generalidade pela Comissão de Orçamento e Finanças.
 - d) Nenhuma das anteriores.
10. O Orçamento de Estado Português inclui:
- a) Os orçamentos do sector empresarial do Estado.
 - b) Os orçamentos da administração regional.
 - c) Os orçamentos da administração central e a segurança social.
 - d) Os orçamentos da administração local.
11. O Orçamento de Estado Português utiliza os seguintes critérios de orçamentação modernos:
- a) Orçamentos funcionais, económicos e orgânicos.
 - b) Orçamentos programa e orçamentos funcionais.
 - c) Orçamentos programa, funcionais e por actividades.
 - d) Orçamentos funcionais e económicos.

12. Relativamente ao subsector Segurança Social, diga qual das seguintes afirmações não é verdadeira:
- a) Possui um regime de autonomia especial.
 - b) A gestão da sua tesouraria compete à Direcção Geral do Tesouro.
 - c) O seu financiamento conta com a existência de receitas próprias.
 - d) O seu orçamento é aprovado pela Assembleia da República.
13. No ordenamento português, a existência do período complementar de execução das despesas refere-se a:
- a) Uma aplicação do sistema do orçamento de exercício.
 - b) Uma violação da regra da anualidade.
 - c) Uma violação do sistema de orçamento de exercício.
 - d) Nenhuma das anteriores.
14. Actualmente, o Estado para assegurar o equilibrado crescimento económico, com um adequado nível de emprego, uma estabilidade do nível dos preços e de contas externas actua através:
- a) Política orçamental e política monetária;
 - b) Política monetária;
 - c) Política orçamental;
 - d) Nenhuma das anteriores.
15. A legislação portuguesa determina, relativamente ao equilíbrio orçamental, que o subsector dos serviços integrados deve cumprir o conceito de equilíbrio:
- a) Orçamento corrente.
 - b) Orçamento efectivo.
 - c) Orçamento primário.
 - d) Orçamento ordinário.
16. Qual das regras de organização do orçamento de Estado determina a existência das classificações orçamentais da despesa:
- e) Regra da plenitude.
 - f) Regra da universalidade.
 - g) Regra da especificação.
 - h) Regra da não compensação.

PARTE B

1. Diga quais são os princípios rígidos da contabilidade pública que devem ser cumpridos na fase da execução do orçamento. Explícite-os.
2. O Orçamento de Estado é alvo de diversos tipos de controlo, nomeadamente do controlo externo.
 - 2.1. Diga o que entende por controlo externo e qual o modelo adoptado em Portugal.
 - 2.2. Qual ou quais a(s) entidade(s) que o levam a cabo explicitando as suas áreas de actuação.
3. Podemos falar da existência de Finanças Públicas Modernas, enquanto tipo ideal, onde se consideram elementos da realidade das finanças públicas dos países da UE que integram a UEM.
 - 3.1. Que abordagens de finanças públicas influenciam as Finanças Públicas Modernas.
 - 3.2. Quais as características fundamentais das Finanças Públicas Modernas.